## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2025 (Do Sr. Diego Garcia)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, a respeito do processo de incorporação da Terapia Tripla Fixa no Sistema Único de Saúde para o tratamento de DPOC e do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para a mesma doença.

## Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Saúde no sentido de esclarecer esta Casa quanto aos motivos pelos quais os medicamentos dipropionato de beclometasona 100 mcg + fumarato de formoterol di-hidratado 6 mcg + brometo de glicopirrônio 12,5 mcg e furoato de fluticasona/brometo de umeclidínio/trifenatato de vilanterol, incorporado pela Conitec dia 4 de outubro de 2024 por meio da Portaria SECTICS/MS nº 44 e nº 46, ainda não foi disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde. Ademais, solicitamos também informações a respeito dos prazos estipulados pelo Ministério da Saúde para pautar e aprovar o Protocolo Clínico e Diretriz Terapêutica para a DPOC.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A disponibilização de tratamentos mais eficazes e financeiramente vantajosos para o Sistema Único de Saúde (SUS) é uma medida essencial para aprimorar a assistência a pacientes com Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC). Atualmente, os medicamentos ofertados pelo SUS para essa condição custam aproximadamente R\$ 240 por paciente/mês, enquanto os novos tratamentos incorporados possuem um custo estimado de R\$ 70 por paciente/mês. Essa economia substancial reforça a necessidade de acelerar os trâmites administrativos para garantir que os pacientes tenham acesso às terapias recomendadas, otimizando os recursos públicos e ampliando a capacidade de atendimento do sistema de saúde.

Apesar dessa vantagem econômica e dos benefícios clínicos associados aos novos medicamentos, passados vários meses da decisão da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), ainda não houve a efetiva





Além disso, a ausência de um Protocolo Clínico e Diretriz Terapêutica (PCDT) atualizado para a DPOC gera incertezas quanto ao acesso e à padronização do tratamento no SUS. Esse documento é essencial para estabelecer diretrizes claras sobre o diagnóstico, o manejo clínico e a distribuição dos medicamentos, garantindo que os pacientes tenham acesso ao tratamento mais adequado. No entanto, não há informações públicas sobre o estágio atual desse processo ou sobre os prazos para sua conclusão e aprovação.

Diante desse contexto, é imprescindível que o Ministério da Saúde esclareça os motivos do atraso na disponibilização dos medicamentos já incorporados, bem como informe as etapas e prazos previstos para a finalização do PCDT da DPOC. A transparência nessas questões é fundamental para assegurar que os pacientes recebam o tratamento adequado no menor tempo possível e que o SUS possa otimizar seus recursos de forma mais eficiente.

Assim, solicitamos o envio das informações requeridas, a fim de contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de assistência farmacêutica e para garantir o direito à saúde da população afetada pela DPOC.

Sala das Sessões, em de de 2025

Deputado Diego Garcia Republicanos / PR



